Revista BOOD USE Ano XXIX # 644 Julho 2017

Ementário

Hospital possui responsabilidade objetiva por erro médico

pág. 68

Legislação

Lei 13.446/17 – Aumenta a rentabilidade do FGTS

pág. 80

Não tropece na língua

Fulano, sicrano, beltrano e deve-se ou devem-se fazer leis

pág. 82

Repositório autorizado

TST - Registro nº 24/2001

STF - Registro no 34/2003

STJ - Registro nº 56/2005

ISSN 1809-3256

Acórdãos em destaque | pág. 39

STJ

Peça publicitária Taxa não é enganosa cond só por usar pode fonte menor do redir que 12 pontos para

STJ

Taxa
condominial
pode ser
redirecionada
para garantir
quitação de
obrigações

LTS

Coisa julgada não se sobrepõe a direito de filho extraconjugal de figurar na sucessão

STJ

Deserção recursal só pode ser declarada após oportunizado o pagamento das custas

TRT

Contribuição confederativa somente pode ser descontada do empregado filiado ao sindicato ou daquele que expressamente anuiu

Licença-prêmio não gozada ou contada em dobro pode ser convertida em pecúnia

STF

Imunidade tributária recíproca aplica-se à sociedade de economia mista

Doutrina

A REDUÇÃO DO NÚMERO DE AÇÕES TRABALHISTAS (QUE NÃO VIRÁ COM A REFORMA LABORAL)

Célio Horst Waldraff | pág. 6

AD ARGUMENTANDUM SÍSIFO PEDE A PALAVRA

Marilis de Castro Muller | pág. 8

A CONSTITUCIONALIDADE DO § 3º DO ART. 49 DA LEI DE RECUPERAÇÃO EMPRESARIAL

Wanderlei José dos Reis | pág. 18

HERMENÊUTICA JURÍDICA DE CARLOS MAXIMILIANO X HERMENÊUTICA DE PAUL RICOEUR

Wagner Gundim | pág. 21

O STF E O JULGAMENTO DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 405.386: UM OLHAR DOGMÁTICO, ZETÉTICO E CRÍTICO

Eduardo Brugnolo Mazarotto | pág. 31

Súmulas em destaque | pág. 81

152N 1809-325b

Súmulas do Superior Tribunal de Justiça e do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná



Tribunal de Justiça de Estado de Minas Gerais BIBLIOTECA 20 de julho de 2017

BONDUIS

Revista

UTS

Ano XXIX | # 644 | Julho 2017

Conselho Editorial

Antonio Carlos Facioli Chedid, Carlos Roberto Ribas Santiago,
Clèmerson Merlin Clève, Hélio de Melo Mosimann,
Humberto D'Ávila Rufino, Jacinto Nelson de Miranda Coutinho,
João Casillo, João Oreste Dalazen, Joel Dias Figueira Júnior,
Luiz Fernando Coelho (coordenador), Manoel Antonio Teixeira Filho,
Manoel Caetano Ferreira Filho, Maximiliano Nagl Garcez,
Oksandro Gonçalves, Roberto Victor Pereira Ribeiro, Rolf Koerner Júnior, Zeno Simm

Editor responsável

Luiz Fernando de Queiroz

Pesquisadores

Alberto Nahum Lima de Moura Feres, André Barbieri Souza, Carlos Oswaldo M. Andrade, Eduardo Cambi, Elionora Harumi Takeshiro, Geison de Oliveira Rodrigues (coordenador), Geraldo Vaz da Silva, José Lúcio Glomb, Luciano Augusto de Toledo Coelho, Luiz Carlos da Rocha, Luiz Salvador, Pollyana Elizabethe Pissaia (editora adjunta), Rodrigo da Costa Clazer, Rogério Distéfano, Roland Hasson, Sérgio de Aragon Ferreira, Solange Roessle, Yoshihiro Miyamura

Revisoras

Dulce de Queiroz Piacentini – Noeli do Carmo Faria

Coedição:

AMAPAR – ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS DO PARANÁ AMC – ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS CATARINENSES AMATRA – ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS DO TRABALHO – IX E XII

Normas editoriais para encaminhamento de artigos à revista

- 1. As opiniões emitidas nos artigos não refletem, necessariamente, a opinião do Conselho Editorial da Revista, sendo de exclusiva responsabilidade de seus autores.
- 2. A remessa e o recebimento de matérias não implicam a obrigatoriedade de publicação.
- 3. Dá-se preferência a trabalhos inéditos ou apresentados em eventos públicos (congressos, seminários, palestras etc.).
- 4. Solicita-se que o autor envie os artigos por e-mail, em arquivo Word, onde conste também sua qualificação profissional/ acadêmica e endereço.
- Os artigos serão revisados, editados e publicados de acordo com as normas técnicas da Revista Bonijuris.

Endereço para correspondência:

Instituto de Pesquisas Jurídicas Bonijuris

Rua Marechal Deodoro, 344 | 3º and. | CEP: 80010-010 | Curitiba | PR | www.bonijuris.com.br | ISSN 1809-3256 | Qualis C – Capes Para firmar convênios ou permutas jurídicas, entre em contato conosco. | Fone/FAX: (41) 3323-4020 | e-mail: contato@bonijuris.com.br

Repositório autorizado

TST Nº 24/2001 STF Nº 34/2003 STJ Nº 56/2005 Administrativo | Comercial Fone-fax: (41) 3323-4020 bonijuris@bonijuris.com.br comercial@bonijuris.com.br Assinaturas 0800 645 4020 Jurídico | Pesquisa Fone: (41) 3322-3835 juridico@bonijuris.com.br



Todos os acórdãos são fiéis às íntegras obtidas nos tribunais. Publicação dirigida ao território nacional. Edição mensal – Tiragem 1.500 exemplares



Doutrina

06 A Redução do Número de Ações Trabalhistas (Que Não Virá Com a Reforma Laboral)

Célio Horst Waldraff

08 | Ad Argumentandum Sísifo Pede a Palayra

Marilis de Castro Muller

A Constitucionalidade do § 3º do Art. 49 da Lei de Recuperação Empresarial

Wanderlei José dos Reis

21 Hermenêutica Jurídica de Carlos Maximiliano X Hermenêutica de Paul Ricoeur

Wagner Gundim

31 O STF e o Julgamento do Recurso Extraordinário 405.386: Um Olhar Dogmático, Zetético e Crítico

Eduardo Brugnolo Mazarotto

Acórdãos em destaque

39 | STJ | Min. Paulo de Tarso Sanseverino

Peça publicitária não é enganosa só por usar fonte menor do que 12 pontos

41 | STJ | Min. Moura Ribeiro

Taxa condominial pode ser redirecionada para garantir quitação de obrigações

46 | STJ | Min. Luis Felipe Salomão

Coisa julgada não se sobrepõe a direito de filho extraconjugal de figurar na sucessão

57 | STJ | Min. Joel Ilan Paciornik

Deserção recursal só pode ser declarada após oportunizado o pagamento das custas

58 | TRT | Des. Sérgio Murilo Rodrigues Lemos

Contribuição confederativa somente pode ser descontada do empregado filiado ao sindicato ou daquele que expressamente anuiu

63 |TRF | Desa. Gilda Sigmaringa Seixas

Licença-prêmio não gozada ou contada em dobro pode ser convertida em pecúnia

66 | STF | Min. Gilmar Mendes

Imunidade tributária recíproca aplica-se à sociedade de economia mista

Ementário

68 | TJPR | Civil e Comercial

Desa. Isabel Dias Almeida

Hospital possui responsabilidade objetiva por erro médico

70 |TJRS| Imobiliário

Des. Dilso Domingos Pereira

Cota condominial pode ser cobrada de acordo com a fração ideal do imóvel

71 TJRS Processo Civil

Des. Jorge André Pereira Gailhard

Cobrança do seguro DPVAT possui prazo prescricional de três anos

73 | STJ | Penal e Processo Penal

Min. Rogerio Schietti Cruz

Ao crime de moeda falsa não se aplica o princípio da insignificância

75 | TST | Trabalhista e Previdenciário

Min. Walmir Oliveira da Costa

Cláusula de acordo que alterou pagamento para décimo dia do mês é considerada nula

76 | TJDF | Administrativo e Constitucional

Desa. Carmelita Brasil

As lesões corporais sofridas pelo preso submetido à custódia do Estado geram indenização por danos morais

78 |TJPR | Tributário

Des. Robson Marques Cury

Impossível a alteração no lançamento após o ajuizamento da execução fiscal

Legislação

80 | Lei 13.446/17

Aumenta a rentabilidade do FGTS

Súmulas em destaque

81 | Súmulas do Superior Tribunal de Justiça e do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Não tropece na língua

82 | Maria Tereza de Queiroz Piacentini

Fulano, sicrano, beltrano e deve-se ou devem-se fazer leis